

Nova diretoria assume desafios

A solenidade de posse da diretoria eleita do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região foi realizada no dia 16 de maio com a presença de representantes de várias entidades. A atual presidente, em seu discurso, lembrou que a categoria persiste em defender a direção social construída coletivamente no projeto ético-político profissional. Também prestou homenagem aos assistentes sociais que atuam nas mais diversas áreas, sem esquecer daqueles que estão fora do mercado de trabalho.



Assistentes Sociais atuam em programas do governo

Matéria da página 7 relata a experiência do assistente social no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

O entrevistado Rodrigo de Oliveira Ribeiro mostra a importância do Código de Ética para a prática profissional.



ILUSTRAÇÃO: CARLOS D

8 PREFEITURA

As ações do Conselho no município do Rio de Janeiro

2 PROJETO

Veja programação semestral do Cinema no Cress

7 CAMPOS

Contribuição do Atas para a categoria

6 ENADE

Distorções nos resultados prejudicam o Serviço Social

Anova diretoria eleita do Conselho Regional de Serviço Social (RJ) tomou posse em maio, em meio à programação comemorativa do Mês do Assistente Social. Os dezoito conselheiros assumiram a gestão “Lutar quando é fácil ceder” com a responsabilidade de continuar o processo de organização coletiva da categoria e envolver os profissionais de Serviço Social no fortalecimento do projeto ético-político, com o objetivo de contribuir com construção de uma sociedade voltada para a justiça social. Com o mesmo compromisso, os doze diretores das Seccionais de Campos e Volta Redonda também tomaram posse.

As propostas de campanha já começaram a ser efetivadas. Mas os diretores contam com o apoio da categoria para enfrentar os desafios, que são muitos na atual conjuntura política do país. Em seu discurso de posse a presidente do Cress alertou para a desregulamentação do trabalho e as perversas relações trabalhistas arbitrárias que atingem os assistentes sociais, que em seus locais de trabalho costumam enfrentar condições aviltantes para seu desempenho profissional, gerando algumas vezes sensações de isolamento e imobilismo. Esse contexto implica no conhecimento profundo da regulamentação profissional, particularmente no que se refere as atribuições e competências privativas, e na implementação de um processo coletivo de intervenção profissional.

Várias Comissões temáticas e outros projetos do Conselho já estão sendo retomados e é importante a participação de todos.

Nas páginas centrais desta edição, está a cobertura dos principais eventos de maio e um texto de homenagem aos assistentes sociais, construído pela gestão “A gente é tanta gente onde quer que a gente vá”, que se despediu da direção da entidade. Na página 8, o leitor poderá conferir as ações do Cress junto ao Serviço Social na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

A Diretoria

INFORMES

PLANTÃO DA COFI

Os agentes fiscais do Cress 7ª Região, a partir do dia 18 de julho de 2005, farão dois plantões na semana para atender os assistentes sociais. Esse atendimento poderá ser feito por telefone, e-mail, fax ou diretamente no Conselho as segundas e quartas-feiras, das 10h às 17h e 30 min. A iniciativa tem o objetivo de garantir a melhoria dos serviços prestados e possibilitar que os agentes fiscais encaminhem as demandas apresentadas pela categoria (elaboração de documentos, ofícios, notificações, convocações, reuniões com as Comissões Internas e com equipes entre outros). Tendo em vista que a orientação e fiscalização do exercício profissional é uma ação primordial do Cress, é necessário que esses profissionais possam dar continuidade às visitas do planejamento anual na área de atuação do Serviço Social e para as que forem extraordinariamente necessárias.

15 ANOS DO ECA

“15 anos do ECA: avanços e desafios”. Esse é o tema do evento que será realizado dia 29 de julho, no auditório Nelson Ribeiro Alves (Fórum – Emerj), 4º andar. Rua Erasmo Braga, 115, Centro. O credenciamento será às 8h30min. Na programação será apresentada duas mesas: “Política de Atendimento: compassos e descompassos” e “Do pensar ao fazer: algumas experiências”. A organização é da Comissão Sociojurídica Inscrições na secretaria do Cress.

PARCERIA COM CBCISS

O Cress/RJ, em parceria com o CBCISS, está promovendo o II Encontro de Gerações do Serviço Social, que terá como tema “Serviço Social e Gênero”, com as palestrantes Sueli Gomes e Vanessa. O evento será realizado dia 10 de agosto, às 14h, na Confederação Nacional do Comércio. As inscrições podem ser feitas nas duas entidades organizadoras até dia 5 de agosto.

A programação do segundo semestre de 2005 enfocará datas importantes para o Serviço Social e para as lutas populares de todo o mundo. A sessão, que acontece sempre às sextas-feira, 18h (entrega de senhas meia hora antes da projeção) é gratuita. Participe! Convide seus amigos!

12/agosto - Terra Estrangeira (BR, 1995)

A história de Paco e sua mãe espanhola, que desejam conhecer a terra de seus antepassados. Sem dinheiro após o confisco promovido por Collor, Paco aceita entregar um pacote misterioso em Portugal, em troca do custeio da viagem. Lá, conhece Alex, brasileira que trabalha como garçonete e vê-se perseguido por contrabandistas. *Direção de Walter Salles Jr. e Daniela Thomas. Elenco: Fernando Alves Pinto, Laura Cardoso, Fernanda Torres, Luís Melo, Alexandre Borges. Ocasão:* 13 anos da “explosão” das manifestações pelo Fora Collor no Brasil (1992). *Convidado:* Haroldo Abreu, vice-diretor da Fac.de Serviço Social da UFF.

09/setembro - Chove Sobre Santiago

(Bulgária, 1975). 11 de setembro. Violência. Milhares de pessoas mortas. Nesta data, em 1973, o presidente do Chile era deposto em um golpe de Estado. Salvador Allende, o primeiro governante socialista eleito na América Latina,

CINEMA NO CRESS - PROGRAMAÇÃO - AGO./DEZ. 2005

morreria logo em seguida, em circunstâncias suspeitas. Em seu lugar, o general Augusto Pinochet assumia o poder. Durante mais de dez anos, o povo chileno sofreria uma ditadura opressora. “Chove sobre Santiago” é uma reconstituição do último dia do governo Allende no Chile e do início da ditadura do general Pinochet. *Direção:* Helvio Soto. *Elenco:* Jean-Louis Trintignant, Annie Girardot, John Abgey, Bibi Andersson. *Ocasão:* Golpe contra Salvador Allende, no Chile (11 de setembro de 1973). *Convidada:* Elaine Behring, diretora da Faculdade de Serviço Social da UERJ, doutora em Serviço Social

14/outubro - Parente... é serpente (Itália, 1993)

A ceia de Natal da família Colapietro vai bem, até que a matriarca declara que ela e o marido estão muito velhos para morarem sozinhos e por isso querem mudar para a casa de um dos filhos. Daí em diante, tudo vira um ‘Deus nos acuda’. Este familiar encontro natalino é pretexto para um acerto de contas emocional onde são debatidos assuntos como solidão, velhice, homossexualidade, relações

familiares. *Direção:* Mario Monicelli. *Elenco:* Tommaso Bianco, Renato Cecchetto, Marina Confalone. *Ocasão:* Dois anos da publicação do Estatuto do Idoso. *Convidado:* Serafim Paes, da Faculdade de Serviço Social da UFF.

04/novembro - Edukators (Alemanha, 2004)

Três jovens comunistas realizam protestos pacíficos, invadindo a casa de pessoas ricas para trocar os móveis de lugar e deixar mensagens de protestos. Porém, eles não contavam encontrar presente o dono de uma das casas, militante das manifestações juvenis de 1968, e hoje defensor do capitalismo. *Direção:* Hans Weingartner. *Elenco:* Daniel Brühl, Julia Jentsch, Stipe Erceg. *Ocasão:* 16 anos da Queda do Muro de Berlim. *Convidado:* Fernando Leitão, economista, doutorando de Serviço Social da UFRJ.

09/dezembro - Quanto vale ou é por quilo? (BR, 2005)

Existem diferenças entre as ações das ONG’s e das empresas (a partir da discussão da Responsabilidade Social) e os senhores de escravos brasileiros? O filme faz uma crua comparação entre públicos e momentos distintos da história do Brasil. *Direção:* Sérgio Bianchi. *Elenco:* Caco Ciocler, Lázaro Ramos, Cláudia Mello, Leona Cavalli, Herson Capri, Marcélia Cartaxo. *Ocasão:* 12 anos de publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). *Convidada:* Hilda Corrêa de Oliveira, assistente social, ex-presidente do Cress-RJ.

CARTAS



Vimos através deste agradecer pelo convite e parabenizá-los pela eleição da gestão “Lutar quando é fácil ceder”. Gostaríamos muito de estar presente durante os eventos

programados e na posse. Porém, nesse período estaremos em Brasília na chegada da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, que saiu de Goiânia no dia 2 de maio, com 12 mil marchantes. Queremos nos colocar à disposição para parcerias e em todos os momentos de luta e defesa dos trabalhadores. Um grande abraço, Marina dos Santos – Direção Nacional MST/RJ.

Agradeço o honroso convite para participar da solenidade de posse da nova diretoria eleita dessa entidade, à qual infelizmente não pude comparecer em razão do atraso no recebimento de correspondências destinadas a este juízo da Sétima Vara Federal, motivo que já cientifiquei ao Diretor do Foro para adoção das medidas que se fizerem necessárias, tendo em vista a celeridade na entrega das correspondências desta Vara. Aproveito o ensejo para parabenizar a posse da nova diretoria eleita para a gestão de maio de 2005 a 2008, desejando-lhe um profícuo trabalho e muito sucesso. Com votos de boa sorte, sou cordialmente, Salete Maria Polita Maccalóz – Juíza Federal da 7ª Vara Civil/RJ

Nota da Redação- Não foi possível reproduzir todas as correspondências que chegaram a sede do Cress parabenizando pela posse da nova diretoria. Foram várias entidades de serviço Social de todo o país, além dos assistentes sociais, representantes de movimentos sociais e representantes da Câmara de Vereadores e da Alerj. A diretoria agradece publicamente a todos aqueles que se manifestaram.

EXPEDIENTE

PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO - JUL./AGO. 2005

Presidente: Andreia Cristina Alves Pequeno
Vice-Presidente: Marlise Vinagre
1ª Secretária: Teresa Joana de Castro Azevedo
2ª Secretária: Renato dos Santos Veloso
1ª Tesoureira: Tânia Elisabete Gonçalves
2ª Tesoureira: Solange da Silva Moreira

Suplentes: Fátima da Silva Grave, Roseli da Fonseca Rocha, Melissa Cavalcante Yaakoub, Orly Lopes Santos, Ana Lúcia G. Alcântara, Martha

Fortuna Pereira Basto, Andrea Gonzaga de Oliveira, Lúcia da S. Soares e Célia Zuzart

Conselho Fiscal: Rosely Reis Lorenzato, Newvone Ferreira da Costa e Rodrigo G. Martins Andrade

Comissão de Comunicação: Rodrigo Martins, Andrea Gonzaga de Oliveira, Melissa Yaakoub e Renato Veloso

Norte e Nordeste Fluminense - Coordenadora: *Thais Tavares Bernardo*; Tesoureira: *Junia de Souza Elias*; Secretária: *Gisele Pereira Luiz*. Suplentes: *Janaína Alves Monteiro, Leonardo Marques Pessanha e Marco Antonio Pedro Vieira* - Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Sul Fluminense - Coordenador: *Francisco de Assis Rodrigues Mendes*; Tesoureira: *Carolina G. Freja*; Secretária: *Luiza Carla Cassemiro*. Suplentes: *Valéria Martins Barbosa, Armanda Pereira da Cruz e Ursula Adriane F. Amorim* - Rua 25-A, 23 s/802, Vila Sta. Cecília - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Jornalista Responsável: Cecília Contente (MTB/ RJ 17.232) | **Diagramação:** Virginia Aôr (MTB/ RJ 18.588) | **Ilustração:** Carlos D | **Impressão:** Tipológica | **Tiragem:** 10.000 exemplares
Rua México, 41, grupos 1203-1205 Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144
Telefax: (21) 2240-1727 / 3627 / 0822
e-mail: comunicacao@cressrj.org.br
www.cressrj.org.br

Diretoria eleita toma posse

A cerimônia de posse da diretoria eleita do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região aconteceu no dia 16 de maio, no auditório da sede da entidade. A vice-presidente da gestão “A gente é tanta gente onde quer que a gente vá”, que estava deixando o Cress, Mavi Pacheco Rodrigues, abriu a solenidade convidando para mesa a representante da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) Maria Inês Bravo, a do Sindicato dos Assistentes Sociais (Saserj) Margareth Alves Dallaruvera, a presidente da entidade Hilda Corrêa de Oliveira e a presidente a ser empossada Andreia Alves Pequeno.

Articulação

Maria Inês Bravo ressaltou o momento de reafirmação do projeto ético-político do Serviço Social e a maturidade da categoria nos enfrentamentos das adversidades decorrentes da atual conjuntura política. Citou a importância de continuar a luta pelos direitos sociais e de estreitar a articulação com os movimentos sociais. Abordou o histórico de avanços apresentados pela categoria e destacou que a Abepss e o conjunto CFESS/Cress devem atuar juntos reafirmando o projeto maior do Serviço Social. Margareth Dallaruvera disponibilizou a direção do Saserj para atuar junto com o Cress nos enfrentamentos da profissão. Dejeu sorte para nova gestão.

Hilda Corrêa de Oliveira agradeceu a presença dos amigos, da categoria e de sua família. Depois fez um relato histórico da trajetória do Conselho, contando alguns momentos desde sua criação. Também fez um balanço dos avanços da profissão desde o final dos anos 80 e da consolidação do projeto ético-político. Lembrou as inovações implementadas pela gestão de 1993, em que o “Cress itinerante” promoveu a descentralização das ações do Conselho. Avaliou positivamente as duas últimas gestões.

Andreia Alves Pequeno começou seu discurso lendo a letra da música “Sonho impossível” de Chico Buarque. Alertou que a atual conjuntura política de avanço do neoliberalismo e da concepção de sociedade onde cada um age por si, atinge a todos aqueles que



esquecer daqueles que não estão no mercado de trabalho. Homenageou também os diretores que estavam deixando a gestão. Encerrou o discurso relatando a trajetória profissional de Hilda Corrêa de Oliveira e sua importância para o Serviço Social no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Ressaltou que, apesar da categoria ter o hábito de cultivar as ações coletivas e de fugir a possíveis idolatrias, há pessoas que, em sua singularidade, representam o movimento coletivo feito por vários anos. Por isso, a primeira ação da diretoria empossada foi reinaugar o auditório da entidade com o nome Hilda Corrêa de Oliveira, que representa o processo de lutas coletivas da categoria.

Manifestações

Vários representantes de entidades estiveram presentes a solenidade de posse da diretoria eleita do Cress/RJ: CBCISS, Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS de Niterói), Ong Tortura Nunca Mais, Fundação Palmares, Conselho da Comunidade, Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap), Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Administração, Conselho Regional de Nutrição, Conselho Regional de Odontologia, Uerj, Suam, Universidade Veiga de Almeida, Sindicato dos Servidores da Uerj, Sinsafisco, assessoria contábil e jurídica do Cress. É importante destacar que as entidades que não puderam comparecer se manifestaram por telegrama como o CFESS e outros Cress do Brasil.

SECCIONAIS

Volta Redonda

A Chapa “O Serviço Social e o Pluralismo Societário”, da Seccional do Sul Fluminense, Volta Redonda, tomou posse no dia 16/05/2005, na sede da Associação dos Aposentados e Pensionista de Volta Redonda. Contou com a presença da categoria e da atual tesoureira da nova diretoria eleita do Cress 7ª Região, Solange da Silva Moreira. Os conselheiros empossados foram: Francisco de Assis Rodrigues Mendes como Coordenador, Carolina Guimarães Ferreira Igreja como tesoureira, Luíza Carla Cassemiro como secretária; Valéria Martins Barbosa como 1ª suplente; Armanda Pereira da Cruz 2ª suplente e Úrsula Adriane F. Amorim como 3ª suplente.

Atualmente a diretoria está se reunindo todas as quintas-feiras, às 18 horas, dando início ao processo de efetivação da plataforma da Chapa. De acordo com a nova gestão, será divulgada a implantação de um Grupo de Estudos. Além disso, foi implementada a escala de plantão semanal, que inicialmente, está acontecendo terças e quintas, das 17h às 19h, para maiores esclarecimentos e informações para a categoria que atua na região. A atual gestão deu continuidade aos mini-cursos ocorridos em comemoração ao Mês do Assistente Social, cujos temas foram: “Prática do Serviço Social na Saúde”, “O Papel do Serviço Social na Área de Recursos Humanos” e “Sistema Único de Assistência Social”.

Campos

Os eventos comemorativos de maio marcaram o mês do assistente social. Foram realizadas palestras com as professoras Terezinha Abud, Isabela Sarmet e Yolanda Guerra. Também foram oferecidos à categoria os seguintes mini-cursos: Política de Assistência à Criança e ao Adolescente, com Érica Terezinha Almeida; A Família Contemporânea, com Sheila Bárbara; Direitos Humanos, com Alessandra Florido e Ivana Arquejada; Formulação e Gestão de Projetos, com Denise Juncá e Rita Márcia Paixão;

Projeto ATAS: experiências de afirmação do projeto ético-político junto aos profissionais da área de saúde, com Isabela Sarmet de Azevedo e Thais Tavares Bernardo e Questão do Idoso: estatuto e política nacional, com Ketnen Rose Medeiros Barreto.

Cerca de 70% dos inscritos no Conselho participaram das atividades promovidas pela Seccional, ratificando o compromisso com a profissão, ao exercer seu direito de aprimoramento profissional de forma contínua.

No dia 16 de maio, no Auditório Miguel Ramalho – CEFET/Campos, aconteceu a solenidade de posse da Seccional de Campos. Na ocasião, também foi comemorado 30 anos da Seccional em Campos. O evento contou com a presença da Diretoria Provisória integrada pela professora Teresinha Abud, que abordou aspectos históricos da regional em seus 30 anos de prestação de serviços à categoria profissional da região norte e noroeste fluminense e da professora Isabela Sarmet que palestrou sobre as “Contribuições para pensar a participação política da categoria na Seccional de Campos”. A cerimônia de posse também foi prestigiada pelo integrante da nova diretoria eleita do Cress/7ª Região, Rodrigo Gomes Martins Andrade, representantes da sociedade civil organizada e vários profissionais de Serviço Social.

O discurso da gestão 2005-2008, “Efetivando direitos: o tempo não pára”, enfatizou a importância da participação da categoria na defesa do projeto ético-político, apresentou as propostas de trabalho e convidou os profissionais para contribuir para a efetivação das mesmas.

Eventos comemorativos abordam temas relevantes para o Serviço Social

A programação comemorativa do Mês do Assistente Social, mais uma vez, aconteceu de forma descentralizada em todo o Estado do Rio de Janeiro. Temas relevantes para o Serviço Social foram debatidos em seminários, mesas-redondas e mini-cursos. A abertura das comemorações foi realizada no dia 2 de maio, na Fundação Municipal de Educação, em Niterói. O seminário “Desafios do Serviço Social no Brasil Contemporâneo” contou com os palestrantes Haroldo de Abreu (UFF) e Elaine Behring (Uerj) além da contribuição de Mavi Rodrigues (Cress/RJ), que coordenou a mesa. O auditório estava lotado de assistentes sociais que prestigiaram o evento.

Crítica

O professor Haroldo traçou um histórico da política do Brasil desde o império até a república, mostrando que o país se modernizou, se tornou capitalista, mas continuou patriarcal, registrando uma confusão entre poder público e privado. Lembrou que a Constituição de 1988 tem o compromisso com a afirmação de direitos, mas não discute os meios (materiais, culturais e políticos) de acesso a esses direitos. Informou que a globalização gerou um novo padrão de acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que os direitos foram sendo desconstruídos. Criticou a condução da política econômica e as reformas propostas pelo Governo Lula. Revelou que os juros da dívida estão sendo pagos em troca do sacrifício da população, que está, cada vez mais, perdendo sua renda, seu emprego e seus direitos. Em relação à política social adotada pelo governo federal afirmou que são políticas pontuais, localizadas e filantrópicas. Disse ainda que programas assistenciais para combater a miséria como “Comunidade Solidária” e “Fome Zero” são extremamente limitados e deixam o cidadão vulnerável e dependente de programas de governo e não de programas públicos como deveriam ser.

Na opinião de Haroldo, o quadro conjuntural apresenta grandes desafios, que os assistentes sociais já têm demonstrado que podem enfrentar. Mas para isso, é preciso estar sempre apoiado no Código de Ética, que possui efeito de lei. Ele acredita que para o enfrentamento das adversidades é necessário que os assistentes sociais atuem como elementos participantes e articuladores com os conselhos de direitos e movimentos sociais. Segundo o professor, a partir desse fortalecimento se torna possível ganhar autonomia para lutar contra decretos municipais entre outros documentos que possam ferir o código de ética da categoria.

Elaine Behring também fez uma dura

análise da conjuntura. Destacou as contrarreformas do Estado nos anos 90 e a radicalização das expressões sociais. Concordeu com Haroldo ao constatar que a política de assistência está ligada a filantropização e terceirização excessiva. Também destacou o processo de criminalização da pobreza. Na sua opinião, a política econômica atual inviabiliza o Plano Pluri Anual (PPA) e provoca um círculo vicioso que paralisa o estado brasileiro. Enfatizou a decepção da população com a transição política, que acabou não acontecendo, gerando uma profunda frustração. A professora alertou para o quadro preocupante em relação à corrosão da sociabilidade, sobretudo nas grandes aglomerações urbanas. Reconheceu que estava fazendo uma reflexão pessimista, mas necessária para enfrentar os desafios e apontou sugestões a serem seguidas pelo Serviço Social. Entre elas manter a unidade política no campo da esquerda a fim de fortalecer o Projeto ético-político da categoria, autonomia das direções das organizações de Serviço Social, acumular forças e lutar pelos direitos desencadeando estratégias de discussões, elaborar agenda para estender direitos e participar para melhorar as condições do exercício profissional. A Secretária Municipal de Assistência Social, Heloísa Mesquita, abriu o debate.

Visibilidade

O segundo seminário com o tema “Violência de Gênero e Sistema de Proteção”, que aconteceu no dia 11 de maio, na Universidade Veiga de Almeida, contou com as presenças de Marisa Chaves (assistente social e coordenadora de Assistência a Mulher de São Gonçalo), Marlise Ferreira de Souza (assistente social SMAS/RJ) Inamara Costa (Delegada coordenadora das Deam’s) e Rute Mesquita (enfermeira do Instituto Fernandes Figueira). A mesa foi coordenada pela assistente social Vanessa Bezerra de Souza e por uma representante da universidade. Foram revelados vários dados que confirmam que a violência doméstica ainda é uma ameaça à sociedade. Inamara, que apesar da agenda apertada fez questão de prestigiar o evento, apontou registros da Deam que mostram que a violência contra a mulher deve ser levada a sério. O debate fortaleceu a importância de se dar visibilidade para essa questão a fim de ampliar a rede de proteção e orientar o trabalho do assistente social.

No dia 12 de maio foi realizado o seminário “Democratização do acesso e permanência no ensino superior”, com a assistente social e ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Pro-

moção da Igualdade Racial (Seppir); da assistente social Lúcia Xavier e do professor da Uerj e coordenador da Política da Cor, Renato Emerson dos Santos. A coordenadora da mesa foi a professora da Uerj e conselheira do Cress, Magali da Silva Almeida.

Matilde Ribeiro abriu o seminário agradecendo o convite, pois lembrou que o Serviço Social sempre lutou contra as discriminações e encampou ações concretas que repercutiram nas políticas públicas. Explicou que a Seppir é um órgão de coordenação política e de assessoramento da Presidência da República, com status de ministério. É responsável pelas articulações com outros ministérios para implantar a transversalidade das políticas públicas. Enfatizou que o Movimento Negro Unificado (MNU) lutou para a criação dessa secretaria, que conta com o Conselho Nacional de Promoção e Desigualdade Racial e trabalha com a possibilidade de fazer política de uma forma diferente.

Renato Emerson falou sobre a política de acesso e permanência nas universidades, que em sua opinião são indissociáveis. Na política de ações afirmativas, constatou que as universidades já estão adotando as cotas e na política de permanência garantiu ser necessária a discussão sobre a assistência estudantil. A palestra teve um caráter informativo, revelando dados de ações afirmativas institucionalizadas. Lucia Xavier disse que a política de cotas já é uma realidade. Mas alertou que para enfrentar o racismo não adianta só implantar as cotas. Segundo a assistente social, é preciso assegurar a democracia, que ainda não está instalada no país. Disse que o Serviço Social tem a possibilidade de contribuir para viabilizar os direitos dos negros. Mas precisa agregar o instrumento técnico ao suporte político.

O principal evento do mês foi realizado no Teatrão da Uerj no dia 13 de maio. A mesa-redonda “Como garantir Direitos Humanos no Brasil de Hoje?” contou com a presença dos conferencistas José Damião (promotor público do Estado de São Paulo) e Sueli Almeida (UFRJ). A mesa foi coordenada por Hilda Corrêa, presidente do Cress e pela vice-diretora da FSS/Uerj Alba Valéria. A mesa de abertura teve a participação da diretora da Faculdade de Serviço Social, Elaine Behring que falou sobre os resultados do Enade (veja página 6) e da representante da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

José Damião fez um resgate da história mundial tendo como foco a luta pelos Direitos Humanos. Declarou que “é impensável o capitalismo sem desigualdade social”. Segundo o promotor público,

no sistema capitalista há uma concentração de riquezas e uma socialização da miséria. Afirmou que olhar o país apenas levando em consideração as leis que possui, é a mesma coisa que não saber a realidade desse país. Exemplificou contando que o Tratado de Direito Internacional de Direitos Humanos foi assinado pelo Brasil, mas não havia nenhum documento no país que comprovasse isso. Ressaltou que a luta pelos Direitos Humanos tem como marca a coletividade e disse ainda que entrar nessa luta é fazer uma caminhada interminável. O conferencista não hesitou em manifestar seu desencanto com o atual governo federal, principalmente no que diz respeito a desconstrução dos direitos e a relação de flexibilização no trabalho.

Direitos

Sueli Almeida destacou a importância dos Direitos Humanos para o Serviço Social. Revelou que o Brasil é um dos países que apresenta maior desigualdade social, reconhecida pelo poder público. Afirmou que ainda se luta no país contra o trabalho escravo e pelo direito básico que é o direito à vida. Lembrou que os índices de violência estão aumentando e que não são raras as ameaças e assassinatos de defensores dos Direitos Humanos. Concordeu com a opinião de José Damião que a universalização dos Direitos Humanos é incompatível com uma sociedade capitalista e desigual. Enfatizou que Direitos Humanos são todos os direitos, que só se materializam através das políticas sociais.

O principal evento de maio também teve uma homenagem aos assistentes sociais lida pela vice-presidente do Cress, Mavi Rodrigues (ver detalhes no box ao lado) e uma homenagem especial às assistentes sociais da Vara da Infância, Juventude e do Idoso da Capital/Tribunal de Justiça (TJRJ), que sempre demonstraram compromisso com o exercício profissional, mas foram arbitrariamente transferidas do seu local de trabalho. A gestão em exercício apresentou um manifesto de repúdio ao fato que resultou em prejuízos ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na instituição, além de ser considerado injusto, já que estas profissionais não haviam solicitado remoção naquele momento e nem foram formalmente esclarecidas quanto à motivação para a nova lotação.

Durante o Mês do Assistente Social, no dia 16 de maio, aconteceu a cerimônia de posse da nova gestão “Lutar quando é fácil ceder” (matéria completa na página 3 desta edição). A solenidade foi seguida de um almoço, por adesão, realizado no restaurante Ernesto, na Lapa.



HOMENAGEM AOS ASSISTENTES SOCIAIS

A gestão “A gente é tanta gente, onde quer que a gente vá” se despediu da diretoria do Cress/RJ prestando uma homenagem a todos os profissionais de Serviço Social. A vice-diretora, Mavi Pacheco Rodrigues, leu emocionada durante o principal evento do Mês do Assistente Social, realizado dia 13 de maio, no Teatrão da Uerj, o texto que segue abaixo na íntegra.



Mavi P. Rodrigues - Vice-presidente do CRESS 7a Região Gestão “A gente é tanta gente onde quer que a gente vá” 2002-2005

Fim de mandato e celebração do mês dos Assistentes Sociais, a gestão do CRESS 7a Região. A gente é tanta gente onde quer que a gente vá, não poderia ficar em silêncio. Coube-me, em nome de toda a diretoria, a honra de prestar uma singela homenagem a estes sujeitos que fazem do Serviço Social brasileiro uma profissão tão especial e – porque não dizer? – ambiciosa.

Há tempos atrás contentávamo-nos apenas com um dia, o 15 de maio. Aos poucos fomos estendendo a nossa comemoração para uma semana, mas agora, em praticamente todas as regiões deste país continental, os Assistentes Sociais promovem ao longo de todo o mês palestras, mesas-redondas, mini-cursos, debates. A extensão foi tanta que somos forçados a admitir: deliberadamente a categoria tomou de assalto o mês de maio!

No entanto, tal assalto não corresponde a nenhuma infração legal ou megalomania. Ao contrário de muitos outros, ele é legítimo e justificável. E suas razões são muito simples. O mês de maio tem se tornado o tempo no qual o Serviço Social como um todo (profissionais, professores e alunos) reafirma seus princípios éticos. Tempo em que o sujeito coletivo da categoria reafirma seu compromisso com a justiça social, a cidadania, a democracia e os Direitos Humanos.

Tais valores, que o Serviço Social brasileiro abraça em fins dos anos 70, não são de menor monta num país historicamente marcado pela cultura do mandonismo, pela negação de direitos, pela miséria e a concentração de renda. Não são também valores assegurados em si mesmos num quadro de dominância dos interesses do capital financeiro que nos impõem goela abaixo uma política neoliberal, cujos efeitos nefastos são o acirramento das desigualdades, a destruição da esfera pública e a promoção da despolitização e do individualismo. Eles requerem um posicionamento cotidiano de confronto com a ordem social dominante. Requerem, portanto, a construção permanente de uma competência e de uma disposição para remar contra a maré.

O mês de maio serve para alimentar esta

competência e disposição. Entretanto, serve também para lembrar as conquistas que o Serviço Social brasileiro obteve nestes últimos vinte e quatro anos. Dentre as inúmeras especialidades que compõem o campo das ciências humanas e sociais, o Serviço Social é uma das poucas profissões, senão a única, que, numa mistura fantástica de rebeldia e astúcia, foi capaz de construir um projeto profissional explicitamente vinculado a um projeto societário colidente com a ordem social dominante.

Frete à origem e a grande parte da história desta profissão, podemos concluir, sem medo de exorbitar, que tal projeto profissional, recentemente batizado de projeto ético-político, representa uma verdadeira revolução das bases de sustentação da formação e do exercício profissional dos Assistentes Sociais brasileiros. Grosso modo, podemos dizer que o projeto ético-político corresponde a uma auto-imagem do Serviço Social radicalmente distinta daquela que marca a origem e grande parte da trajetória desta profissão no país.

Esta auto-imagem que a profissão começou a construir, em finais dos anos 70, e que conquistou a hegemonia no seio da categoria, nos anos 90, requer um perfil profissional de novo tipo em relação ao passado. Requer um profissional crítico, criativo, competente tecnicamente e comprometido com valores éticos progressistas. Um profissional intelectual, com sólida formação teórica, capaz de desvendar a lógica e a dinâmica da vida social. Capaz, portanto, de ser propositivo. Um profissional tecnicamente preparado, que tenha a lucidez do lugar que ocupa na divisão social e técnica do trabalho e que possa alargar seus espaços de intervenção. Um profissional que tenha clareza do significado político da sua intervenção, e que seja capaz de assegurar no cotidiano de sua ação o compromisso com a defesa da cidadania, da democracia, da qualidade dos serviços prestados à população.

O contraste desta auto-imagem com aquela que imperou no Serviço Social brasileiro desde suas protoformas, nos anos 30, até meados dos anos 70, não poderia ser mais claro. Até então, o Serviço Social brasileiro era marcado, tanto no ensino quanto na prática profissional, por aquilo que Martinelli denominou de “mística do servir”, isto é, uma auto-representação profissional que, ancorada em valores humanistas cristãos – numa visão abstrata e a-histórica do homem e da sociedade –, conduziu o Serviço Social a uma fantasiosa e irrealizável missão de humanizar o capital. Predominava no Serviço Social, portanto, uma crítica romântica à sociedade burguesa que, postulando a defesa do bem comum e do respeito à pessoa humana, resultou no fortalecimento do status quo e das desigualdades de classe.

É preciso deixar claro que o projeto ético-político do Serviço Social tem raízes na vida social do país. Sua construção não só coincide com a ascensão das forças democrático-populares nos anos 70 e 80. Ela também responde, em grande medida, aos anseios de setores progressistas da sociedade brasileira. Ser um profissional comprometido com a equidade, com a democracia, com a cidadania e com a defesa intransigente dos Direitos Humanos, não é uma exigência posta apenas pelos avanços da profissão. Esta é uma con-

dição sine qua non estabelecida pelas conquistas éticas, políticas e jurídicas obtidas na área da infância, da saúde, da previdência, da educação, da assistência, etc.

Já preciso refutar, ainda, a idéia de que a auto-imagem que o Serviço Social brasileiro construiu dos anos 70 para cá é irrealizável no mercado profissional ou no quadro sócio-histórico da atualidade. O projeto ético-político não é uma utopia ou uma quimera produzida por uma visão distorcida e simplificada da realidade objetiva. Ao contrário, ele está assentado numa dupla compreensão. Por um lado, ele diz respeito à lúcida percepção da dimensão política da profissão e do caráter contraditório da prática profissional. Por outro lado, ele diz respeito à clara certeza da incompatibilidade da ordem burguesa com a democracia, a justiça social, a cidadania e a liberdade. Embora anuncie a igualdade e a liberdade, a sociedade burguesa carrega em si a impossibilidade de sua plena realização.

Sabemos que o quadro atual, marcado pela ofensiva do capital ao trabalho, é extremamente adverso ao projeto ético-político. Reverter este quadro exige uma articulação política da categoria muito superior à que temos na atualidade. E este é, sobretudo, o principal desafio do Serviço Social: construir uma organização política sistemática e orgânica da categoria dos Assistentes Sociais no interior das instituições e para além delas. Uma organização que articule reflexão e ação dos agentes profissionais do Serviço Social por áreas programáticas ou áreas de intervenção profissional no nível municipal, estadual, nacional e, porque não, internacional.

Mas enfrentar as forças destrutivas do capital – que ameaçam a ecologia, a igualdade entre gêneros, enfim, a sobrevivência da espécie humana – requer mais do que isto. Ela exige uma organização que extrapole os muros do Serviço Social. Ela requer a construção de alianças com outras categorias profissionais que partilhem conosco os mesmos compromissos éticos que estão impressos em nosso código profissional e, sobretudo, com o movimento e a organização daqueles que, segundo os termos de Ricardo Antunes, pertencem às “classes que vivem do trabalho”, melhor dizendo, da venda da sua força de trabalho – as forças vivas da sociedade que têm, de fato, potencial e interesse de levar avante, de uma forma radical e irreversível, a luta pela superação da ordem do capital.

É preciso trazer para o solo do exercício profissional os anseios do homem comum descritos de forma tão doce e revolucionária por Ferreira Gullar. Este velho poeta comunista nos mostra que o homem comum sofre com as injustiças do tempo presente, mas também aprende que “somos muitos milhões de homens comuns e podemos formar uma muralha com nossos corpos de sonho e margaridas” (GULLAR, F. Homem Comum).

Portanto, os desafios do Serviço Social brasileiro não são poucos. Eles não cabem num só dia, numa semana e também em um único mês. Como também não cabem apenas no interior da categoria profissional. Eles exigem a ultrapassagem da profissão e do tempo presente. Eles exigem a ambição possível e necessária da construção de uma ordem social radicalmente distinta da atual, uma sociedade sem exploração de classe, gênero ou etnia.

Seminários, mesas-redondas e mini-cursos mais uma vez deram a tônica dos eventos comemorativos do Mês do Assistente Social. O Cress manteve a proposta de descentralização das atividades em todo o Estado do Rio de Janeiro



Resultados do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante são divulgados pelo Mec e pela imprensa com distorções

No início do mês de maio a imprensa divulgou os resultados do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (Enade), em que foram apontadas distorções sérias comprometendo os cursos de Serviço Social e as universidades públicas. O que a imprensa não divulgou é que um número significativo de estudantes dos cursos de Serviço Social em todo o país, após amplo debate conduzido pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), decidiu pelo boicote ao Enade, entregando as provas em branco, como manifestação

política de resistência à Reforma Universitária Governamental em curso. Essa posição resultou em elevado índice de unidades de ensino/cursos de Serviço Social com baixos conceitos.

Impactos negativos

É importante lembrar que o Enade é um mecanismo governamental de avaliação parcial dos cursos que integram o Sistema de Ensino Superior Brasileiro, baseado na aplicação de prova com conteúdos de conhecimento geral e específicos. A partir das respostas dos estudantes, o MEC

atribui notas e conceitos aos cursos e instituições, que resulta no ranqueamento das unidades de ensino.

A divulgação dos resultados nacionais pelo MEC, considerando as provas em branco como expressão de baixo rendimento, gerou avaliações distorcidas e inverídicas sobre o desempenho dos cursos de Serviço Social, que não refletem a realidade da formação profissional e as condições de ensino das instituições. Apesar dos esforços da assessoria de imprensa do Cress/RJ junto aos meios de comunicação, para que essas distorções fossem informadas, nada foi pu-

blicado. Algumas pessoas, como a presidente da Abepss e uma representante do Enesso chergaram a dar entrevistas para *O Globo*, mas não houve interesse editorial na matéria. O resultado é que o curso de Serviço Social foi destacado como sendo um dos que obteve o pior desempenho. Isso difunde uma falsa imagem da profissão e impacta negativamente as relações de trabalho. Várias entidades se manifestaram contra a divulgação indiscriminada desse resultado do Enade. A íntegra das manifestações da Uerj, CFESS e Abepss estão no site: www.cressrj.org.br.

Cress se retira do Conselho da Comunidade

O Conselho Regional de Serviço Social (Cress/RJ) decidiu se retirar do Conselho da Comunidade no dia 31 de maio. A decisão, tomada junto com o Conselho Regional de Psicologia (CRP/RJ), da Ong Viva Rio, da Arp e da Uerj, foi em decorrência de uma reunião com o juiz de Direito da Vara de Execuções Penais (VEP/RJ), que mostrou sua intransigência para negociar pontos relevantes para os integrantes do Conselho da Comunidade. Uma das principais divergências é a intenção do juiz de procurar um modelo assistencialista, renunciando assim a uma função de controle social que está amplamente sustentada na Constituição, nas diretrizes do CPNCP e no próprio trabalho desenvolvido pelo Conselho da Comunidade nos últimos anos. Outro fato destacado como especialmente grave é que medidas como a exclusão permanente de

um membro do Conselho, em função de desacordos pessoais, e da avocação do poder de vetar a composição da entidade foram tomadas pelo executivo, gerando a diminuição da função fiscalizadora do Conselho.

Por acreditar que o modelo assistencialista e autoritário não atende as perspectivas do Cress e por solidariedade às instituições e pessoas injustamente excluídas após anos de contribuição à causa penitenciária como o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ), Ong Justiça Global, Coisa de Mulher e IECERJ, a direção do Cress se desligou do Conselho da Comunidade.

A atual vice-presidente do Cress, Marlise Vinagre, assinou um documento dirigido ao Juiz de Direito da VEP da Comarca da Capital, datado do dia sete de junho lamentando a retirada por reconhecer a relevância do Conselho da Comunidade

na luta pela garantia dos direitos humanos dos internos do sistema prisional e seus familiares. Neste documento, o Cress reafirma a disposição de retomar o assento, tão logo o Conselho de Comunidade se realinhe com os princípios democráticos assegurados constitucionalmente e com o controle da sociedade sobre as ações do governo, com autonomia e com respeito à liberdade de manifestação. Marlise lembrou ainda que as entidades que saíram do Conselho da Comunidade constituíram um Fórum Permanente de Debate sobre Sistema Prisional e a atuação do Conselho de Comunidade, com o objetivo de monitorar as ações nessa área. Esse Fórum, que se reúne todas as primeiras terças-feiras do mês no auditório da sede do Cress, promoverá debates abertos à sociedade com o objetivo de cobrar do governo que cumpra o papel de efetivação dos direitos dos detentos.

UERJ

A reitoria da Uerj abriu inquérito administrativo contra oito trabalhadores. Destes, três são assistentes sociais. Conheça a íntegra do documento encaminhado pelo Cress ao reitor.

Exmº. Sr.
Nival Nunes de Almeida
Magnífico Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

REF: Inquérito Administrativo nº 147/2005

Considerando que a universidade é a instituição que deve primar pela pluralidade de idéias e pelo respeito aos direitos sociais historicamente conquistados pelos trabalhadores brasileiros, vimos manifestar nossa indignação e repúdio à utilização de comissões de sindicância e inquéritos administrativos para repressão do movimento dos trabalhadores dessa universidade.

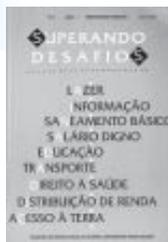
Neste sentido solicitamos que seja suspenso e arquivado o Inquérito Administrativo nº 147/2005, substituindo-o pelas vias da negociação e do caminho político de construção democrática nesta importante Instituição de ensino e pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

Diretoria
do CRESS – 7ª Região

PUBLICAÇÕES À VENDA NO CRESS



▶ Caderno Temático
NEAT
R\$ 3,00



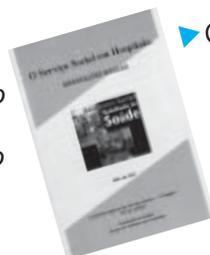
▶ Superando Desafios
R\$ 13,00.

▶ Assistente Social - Ética e direitos, 4ª ed.
R\$ 15,00



▶ Em Foco: O Serviço Social e o Sistema Sociojurídico - R\$ 10,00.
Serviço social clínico e o projeto ético-político do Serviço Social - R\$ 10,00.*
Atribuições privativas do assistente social e o "serviço social clínico" - R\$ 10,00.*

* Na compra das duas edições o valor é de R\$ 15,00



▶ O Serviço Social em Hospitais
R\$ 3,00.



▶ Revista Inscrita
R\$ 10,00,
2 por R\$ 15,00
e 3 por R\$ 25,00

O trabalho do assistente social nos programas do Governo

O assistente social está inserido nas mais diversas áreas da política pública social. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) é um programa do Governo Federal, ligado diretamente ao Ministério de Desenvolvimento Social e as Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social, ou similar. O principal objetivo é retirar crianças e adolescentes entre sete e quinze anos do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante.

Rodrigo de Oliveira Ribeiro, que atualmente está coordenando os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) atuou como assistente social do Peti. Ele reconhece que o programa tem limitações, já que em sua opinião toda forma de trabalho coloca em risco a saúde e a segurança das crianças e adolescentes. Mas acredita que todas as ações voltadas para garantir o direito desse público são importantes para diminuir as desigualdades sociais.

O assistente social explica que para entrada no Peti é necessário que a criança esteja freqüentando a escola e que a família tenha renda per capita até meio salário mínimo, mas ressalta que este último cri-

tério é uma orientação para prioridade, o que significa a possibilidade de entrada de famílias que tenham renda superior.

Relata que a família inserida no programa recebe uma bolsa mensal no valor de R\$ 40,00 (quem mora em áreas urbanas) e R\$ 25,00 (áreas rurais). Acrescenta que estes valores são para cada criança ou adolescente inserido e que não há limite de vagas por família. A criança ou adolescente passa a comparecer a jornada ampliada, isto por que em um período eles freqüentam as aulas escolares e, no outro, atividades desenvolvidas pelo Peti ligadas as áreas esportivas, culturais, artísticas, de lazer e reforço escolar. O trabalho se dá em três frentes: a escolar, onde é necessária uma articulação com a secretaria de educação para acompanhamento e elevação do desempenho nesta área; a jornada ampliada, que pretende aumentar e possibilitar o desenvolvimento integral da criança com sua inserção na rede de serviços e bens e a família, onde são trabalhados fundamentalmente aspectos quanto à socialização e a questão da geração de trabalho e renda.



ILUSTRAÇÃO: CARLOS D

Conselhos Tutelares a fim de resguardar o direito da criança e adolescente.

De acordo com Rodrigo, o Peti atualmente atende cerca de 960 crianças, nos trinta e seis pólos onde são desenvolvidas as jornadas ampliadas. O espaço escolar é priorizado para a realização dos trabalhos, mas nem todos funcionam em escolas. Lembra que o programa prevê o desenvolvimento de atividades sócio-educativas e geração de trabalho e renda, porém estas ainda serão desenvolvidas, posto que a prioridade atual é realizar cadastros para que se possa atingir a meta de 1036 crianças. Além disso, uma articulação com a Secretaria Municipal de Educação está sendo feita a fim de qualificar as ações da jornada ampliada e assim garantir o direito da criança e adolescente.

Mensalmente é realizado o monitoramento da freqüência daqueles inseridos no Peti, afirma o assistente social. No planejamento, está previsto a criação de instrumentos para, em articulação com a rede de educação, fazer o acompanhamento do desempenho escolar. Mas este ainda é um grande desafio que a equipe decidiu assumir para que se tenha clareza da qualidade desempenhada pelo programa. É importante ressaltar que os monitores são fundamentais nesse processo e que mensalmente são realizados relatórios de acompanhamento de cada pólo a fim de avaliar a realidade local, tendo em vista a dimensão geográfica e diferenças existentes no município.

A contribuição do Projeto Atas para a categoria

Mais do que possibilitar que os profissionais de Serviço Social se atualizem e se aproximem da universidade de uma maneira diferenciada, o projeto ATAS (Assessoria ao Trabalho do Assistente Social) pretende contribuir para o enriquecimento das discussões e práticas profissionais. A proposta é que os assistentes sociais se reconheçam enquanto profissionais aptos a decodificar as demandas que se apresentam no seu espaço de inserção, estimulando os alunos sob suas orientações a também fazê-lo.

São objetivos deste Projeto: assessorar e possibilitar a capacitação permanente dos profissionais de Serviço Social inseridos na área de saúde, que supervisionem, ou não, alunos inseridos nos campos de estágio reconhecidos pela Coordenação de Estágio do Departamento de Serviço Social de Campos do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da UFF.

O Projeto ATAS iniciou suas atividades em 2003, contactando a Universidade Federal Fluminense para viabilização de recursos para implementação do Projeto; a Coordenação de Estágio Supervisionado, para solicitação de contatos com as Instituições de saúde que sejam reconhecidas como campo de estágio pela Universidade; com a Delegacia Seccional de Campos, para estabelecer parceria com a represen-

tação da categoria profissional; e com o Conselho Municipal de Saúde, a fim de conhecer as atividades desenvolvidas por este órgão de controle social da política de saúde no município.

Também foram realizadas visitas às instituições de saúde, no município de Campos dos Goytacazes (RJ), que são empregadoras do trabalho de assistentes sociais, com o objetivo de divulgar o Projeto ATAS, verificar o interesse dos profissionais a nossa proposta de assessorar e observar as condições de exercício profissional.

Os profissionais manifestaram algum interesse em participar do Projeto ATAS, porém, alguns encontraram dificuldades de negociar com suas respectivas chefias a sua saída para participar do curso de atualização proposto pelo Projeto.

Embora o Código de Ética expresse um projeto de profissão e seja um instrumento de defesa de uma prática de qualidade, ainda é possível ouvir do profissional de Serviço Social o seguinte depoimento:

Para pensar o processo de Assessoria ao Trabalho do Assistente Social, faz-se necessário pensar a articulação entre o meio profissional e a academia, no sentido de responder às demandas atuais postas ao exercício da profissão. Tais demandas se colocam no sentido de conhecer a realidade, em suas particularidades e singularida-

des, numa perspectiva de totalidade. É mediante o aprofundamento do nível de organização profissional e articulação com outros profissionais e usuários que demandam o trabalho do assistente social, que é possível estimular uma participação consciente e de qualidade, para a realização do projeto ético-político no cotidiano profissional.

O Projeto ATAS se coloca, dessa forma, como um curso-laboratório, complementar e coadjuvante ao processo de assessoria e de orientação profissional e como uma futura área de pesquisa em Serviço

Social, propondo ser um espaço de encontro grupal, estimulador de um estudo socializado dos profissionais, a fim de que possam avançar individual e coletivamente nas reflexões, discussões e elaboração de trabalhos acadêmicos e profissionais. Por ser um espaço de prestação de informações e esclarecimentos sobre os processos de trabalho nos quais o assistente social está envolvido, o ATAS vem se transformando, com a experiência de seus participantes, num espaço rico de troca de idéias e vivências sobre a trajetória do profissional de Serviço Social.

ATIVIDADES PROPOSTAS:

- Elaboração de material para divulgação do Projeto ATAS;
- Contatos Institucionais;
- Visitas às instituições de saúde reconhecidas como campos de estágio de serviço social, no município de Campos dos Goytacazes.

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO:

- Autonomia em relação às instituições com as quais estabelece relação de parceria;
- Ausência de recursos financeiros;
- Precária infra-estrutura para desenvolvimento das atividades propostas.

O Serviço Social na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e as ações do Cress

Com a realização do último concurso público para a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, 56 assistentes sociais ocuparam as vagas previstas inicialmente. Meses depois, em uma iniciativa inédita, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS/RJ) absorveu a totalidade dos que haviam sido classificados, ampliando o quadro de profissionais de Serviço Social na Prefeitura. Com isso, a SMAS/RJ passou a ser um dos maiores empregadores da categoria em todo Brasil. A incorporação desse enorme contingente de assistentes sociais em uma área de intervenção profissional tão importante como a da Assistência Social merece um reconhecimento público, mas também traz desafios à categoria, à administração pública e ao Cress. O Conselho tem recebido uma enorme demanda desses profissionais lotados na SMAS em relação às dificuldades encontradas em seu cotidiano que variam desde a orientação sobre as ações, atribuições e projeto de intervenção profissional até as más condições de trabalho.

Decreto 25409 atinge profissionais da Saúde

O Cress tem respondido a essas demandas apresentadas e dentre as

ações efetivadas pela entidade podem ser citadas as reuniões com assistentes sociais lotados no Conselho Tutelar, cuja pauta foi a definição das atribuições da categoria naquele órgão, posteriormente publicadas na SMAS. Vale ressaltar que o Cress solicitou que fosse revertida a advertência pública de dois profissionais de Serviço Social e que o secretário assegurasse a transferência de outros dois assistentes sociais que estavam trabalhando em espaço físico considerado área de risco, sem realizar substituição nessas unidades. As duas solicitações foram atendidas.

Na intenção de agir preventiva e propositivamente, a Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) do Cress vem acompanhando de perto as situações apresentadas e junto com a diretoria enviou um novo ofício solicitando uma audiência com o secretário a fim de dialogar sobre os seguintes pontos sugeridos: realização de curso do Projeto Ética em Movimento; ações conjuntas para a qualificação do exercício profissional dos assistentes sociais, considerando as respectivas especificidades; discussões sistematizadas da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e oficinas temáticas que possibilitem ganhos técnico-operativos ao exercício profissional da categoria. Outra proposta da

audiência seria a de tratar questões ligadas às condições de trabalho e avaliação dos assistentes sociais em estágio probatório.

No dia 18 de maio de 2005 foi publicado o Decreto Municipal 25409 que atingiu diretamente os assistentes sociais da Prefeitura, na saúde. O Cress realizou uma reunião com estes profissionais, da qual participaram representantes de entidades de Serviço Social como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro (Saserj) e Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FSS/UFRJ). Foram definidos alguns encaminhamentos. Entre eles elaborar e enviar ao Prefeito César Maia um documento solicitando a imediata suspensão da aplicabilidade de tal Decreto, com o objetivo de evitar prejuízos à categoria e à população usuária dos serviços públicos municipais.

A Comissão de Orientação e Fiscalização vem acompanhando de perto as situações apresentadas

A intenção do documento é demonstrar que o Decreto se confronta

com as perspectivas defendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e pela Lei 8662/93 e que o Serviço Social não é sinônimo de assistência social. O fortalecimento e a defesa da Seguridade Social apontam para a garantia de avanços e da consolidação das conquistas na esfera da assistência social, da saúde e da previdência social. Outro encaminhamento a ser destacado foi a necessidade de articulação com os movimentos sociais da área da saúde, Conselho Municipal de Saúde, alunos de Serviço Social e usuários.

Textos encaminhados à administração municipal já estão disponíveis

Os presentes à reunião também tiraram encaminhamentos de ações de visibilidade como: realizar exposição no pátio do CASS que apresente à população em geral o trabalho produzido pelos assistentes sociais da saúde (fotos, pôsteres, outros relatos); articular apoios diversos para este evento; buscar espaços na grande imprensa para divulgação das ações; orientar a categoria para que envie ao Cress, com urgência, trabalhos apresentados em Congressos e outros acúmulos dos assistentes sociais da área da saúde da Prefeitura do Rio de Janeiro a fim de subsidiar a entidade para eventuais negociações com a Prefeitura e utilizar o jornal Práxis e a mala direta do Cress para divulgação das mobilizações e ações. Também decidiu divulgar posicionamento político no sentido de que não se responda ao recenseamento e ampliar o grupo responsável pelos encaminhamentos já efetuados, a fim de fortalecer as ações aprovadas na reunião ampliada. Esta ampliação deu-se a partir de representações de todas as Áreas Programáticas. As reuniões vêm ocorrendo às terças-feiras, das 18h às 20h, no auditório do Cress/RJ.

A íntegra dos textos encaminhados ao Prefeito e aos Secretários Municipais de Assistência Social e Saúde estão disponíveis no site www.cressrj.org.br. Mais informações sobre o andamento dos encaminhamentos podem ser obtidas com a Cofi, no Cress, segundas e quartas-feiras, entre 10h e 17h e 30 min.

REFORMA MINISTERIAL

A diretoria do Cress/RJ enviou documento à Presidência da República se manifestando sobre a reforma ministerial. Veja íntegra do documento.

Excelentíssimo Senhor:
Luís Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Vimos manifestar nossa profunda divergência com a utilização de Ministérios nas negociações ora em curso para suposta obtenção de maioria parlamentar para o atual Governo Federal. Os ministérios são os principais responsáveis pela elaboração e pelo encaminhamento de políticas sociais essenciais para a vida da população brasileira. Os critérios de indicação de ministros em um governo comprometido com direitos humanos devem ser estabelecidos a partir da capacidade de universalizar acesso, qualificar servidores, ampliar a qualidade dos serviços oferecidos à população.

Esperamos que Vossa Excelência interrompa as negociações em curso e se utilize de eventuais reformas para ampliar direitos e oferecer vida digna à população brasileira, conforme amplamente defendido em vossa campanha.

Respeitosamente,

Andreia Cristina Alves Pequeno
Presidente

Em nome da Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social – RJ

VISITE A PÁGINA DO CRESSNA INTERNET

Fique por dentro de todas as novidades do Cress/RJ. O site da entidade está sendo atualizado, com frequência, para atender as demandas da categoria.

Cursos, eventos, oportunidades de trabalho, documentos relevantes para o Serviço Social estão ao alcance dos profissionais. Basta acessar:

WWW.CRESSRJ.ORG.BR